



Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO APROVADO POR UNANIMIDADE

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR
PINTO MATOS DOS SANTOS**

Num. de Identificação: 10038235

Data: 2024.09.11 10:09:31+01'00'

ATA

Sessão Ordinária de Junho – 4JUL2024

N.º 33/2021-2025

Data: 4 de julho de 2024 (quinta-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Nos termos da alínea d) do artigo 26.º e dos números 1 e 5 do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Pedro José Catarino Senos Troia, 1.º Secretário e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, António José Flor Agostinho e Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Cláudia Cristina Fernandes Reigota e Daniela Ribeiro Alegria.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho.

Grupo Municipal do Partido Chega: Sérgio Louro.

Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Maria de Fátima Fragoso Teles, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores. As ausências do Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, da vereadora Assunção Mariana Carlos Ramos e do vereador Paulo Sérgio Ferreira Nunes, fora devidamente comunicadas.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do Partido Social Democrata: Ricardo Daniel Marques Mendes substituiu André Filipe Casqueira Guimarães e Fábio Miguel da Silva Marta substituiu Sara Marina Tomé Fernandes

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substituiu Ernesto Manuel Vidal Garrelhas e Paula Alexandra da Graça Ferreira, que substituiria Mariana Silva Lopes, não compareceu.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Sónia Alexandra Fernandes Gomes, que substituiria Diana Catarina Anastácio Gandarinho, não compareceu e Miguel Ângelo Teixeira Andrade substituiu Mariana Alvelos Silva.

Substituições de Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia:

O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António da Silva Rocha substituído pelo Secretário, José António Falcão Ribeiro Arvins.

Ordem do Dia (continuação dos trabalhos)

Nos termos dos n.ºs 6 e 8, do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Ponto 2. "Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) de Ílhavo".

Ponto 3. "Recolha e Transporte a Destino Final e Adequado de Resíduos Urbanos, Fornecimento, Manutenção e Lavagem de Equipamento, Limpeza Pública e Gestão do Ecocentro no Município de Ílhavo - Aprovação da Adenda n.º 02/2024 ao contrato n.º 22/2020".

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)
Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03':21")

«Caras e caros Deputados, boa noite. Caro Executivo, boa noite. Público aqui presente e todos aqueles que nos acompanham através da nossa transmissão através da nossa página do Facebook. Sejam bem-vindos à segunda reunião da Sessão Ordinária de Junho de 2024. Vou começar por pedir à Segunda Secretária que faça a chamada.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (03':45")

«Boa noite a todos.»

(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (05':45")

«Muito bem, só uma nota prévia. Esta Assembleia Municipal era para ser realizada amanhã e foi agendada para hoje de acordo com o que estava combinado com o Senhor Presidente da Câmara. Entretanto, ele ligou-me pouco depois das 6 horas de hoje a informar de que não iria estar presente, nem ele, nem a vereadora Assunção Mariana.

Só dar nota e agradecer a vossa disponibilidade para estar aqui hoje, nesta Assembleia Municipal, a uma quinta-feira.»

Período da “Ordem do Dia”

Ponto 2. "Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) de Ílhavo".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (06':24")

«Vamos retomar a Ordem de Trabalhos no ponto 2 desta Sessão Ordinária de Junho.

Ponto 2, "Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) de Ílhavo". E começo por dar a palavra, neste caso, ao senhor Vereador.»

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (06':44")

«Boa noite, Senhor Presidente. Restantes elementos da Mesa. Caros Deputados. Caro público e caro público que nos segue via redes sociais ou via Internet.

O que trazemos aqui para deliberação desta Assembleia Municipal é a aprovação do Relatório do Estado do Ordenamento Território - REOT.

Depois de uma deliberação de Câmara para a abertura do procedimento e de para abertura do procedimento do período de discussão pública, findo esse período de discussão pública, cabe-nos aprovar, ou não, apreciar o nosso REOT final. Portanto, para fazer um enquadramento do que é o REOT. Recordamos que o REOT deve refletir o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial, bem como a sua dinâmica territorial, permitindo uma avaliação contínua de forma a auxiliar as decisões no planeamento e gestão do território municipal. Destacar também o trabalho de análise abrangente que se entendeu que seria muito pertinente realizar no âmbito do desenvolvimento deste relatório. Portanto, não se resumiu a um trabalho de planeamento ou relativo ao ordenamento do território, mas pretendemos, com a elaboração deste REOT, que se tratasse de um trabalho que conseguisse abranger toda a estrutura municipal de uma forma transversal.

Aquilo que entendemos que o resultado deste documento, técnico, elaborado por todas as divisões, mas liderado pela divisão de planeamento, é um documento bem estruturado. Tem uma análise completa aos diversos instrumentos e que nos permitirá, que é o objetivo deste relatório, ter bases para podermos iniciar um procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal que, conforme foi possível todos constatarmos, e discutido, inclusivamente, nesta Assembleia, aquando do procedimento de alteração, se revela muito oportuno.

De recordar também que a realização de um Relatório do Estado do Ordenamento do Território, segundo o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (REGIT), obrigatório, deve ser feita esta avaliação de quatro em quatro anos, nunca foi feito e neste momento temos então o relatório elaborado e conseguimos ter o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, para que possamos, de uma forma muito objetiva, ponderar a necessidade, ou não, de uma revisão. Portanto, Senhor Presidente, espero ter sido claro. Estou disponível para qualquer questão. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09:51")

«Muito obrigado, Senhor Vereador.

Vamos então abrir as inscrições para discussão deste ponto 2, "Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) de Ílhavo. Do 'Unir Para Fazer'? José Pinto Reis. Do PSD? Margarida Alves e o Flor Agostinho, também. Do Chega? Prescinde. PS? Luís Leitão.

Muito bem, vamos então começar com as intervenções e peço ao Deputado José Pinto Reis que inicia sua intervenção.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (10:40")

«Boa noite a todos os deputados.

Começaria por separar a minha intervenção em quatro partes.

A primeira tem a ver com aquilo que foi a consulta pública que, segundo nos dizem os documentos que nos foram entregues, não existiram participações relevantes. O que demonstra, provavelmente, um desconhecimento e uma, não falta de interesse, mas, principalmente, desconhecimento por parte da nossa população. Provavelmente, não é estranho que esta seja a primeira vez que a nossa população é chamada a pronunciar-se sobre este assunto, apesar da legislação já o prever desde 2014, mas que, provavelmente, o Executivo anterior não considerou relevante este tipo de instrumento para a gestão municipal. Depois, felicitar a equipa coordenadora deste projeto e deste estudo, o relatório em si, que nos dá uma fotografia exata, mais ou menos exata, daquilo que é o nosso município. É uma peça muito válida que para quem quiser conhecer a realidade do nosso município tem aqui um bom ponto de partida. Um lamento, o facto de não ser possível fazer um relatório a uma determinada data, uma vez que as informações que aqui estão versadas são distintas; alguns dos indicadores estão em 2019, outros que fazem uma comparação entre 2011 e 2021, outros chegam a 2023. O que nos permite, por um lado, temos aqui alguma informação extremamente relevante, mas não nos dá uma imagem em 2022 ou em 2021, uma vez que existem dados que se passam de um lado para outro. E por isso acho que é extremamente importante que este tipo de documento tenha este tipo de profundidade. É pena que o nosso sistema de estatística, o nosso sistema de Censos não seja articulado e que depois possamos ter aqui uma diversidade de informações, mas, sem dúvida, que com aquilo que temos é um resultado perfeitamente satisfatório e muito relevante.

Outra coisa que queria relevar e, já agora, entrando dentro daquilo que é os dados que foram tratados. E para quem, por vezes, nos diz que nada acontece no Município de Ílhavo, gostaria de remeter para a página 117 daquele calhamaço que nos foi entregue, ou a página 92 do relatório, em que se aborda os alvarás emitidos por tipo de uso. Se formos verificar bem, naquilo que diz respeito à habitação coletiva, foram 17 os alvarás emitidos em 2023. Até 2011, ano em que termina esta análise, não há nenhum superior. O mais próximo é em 2021, com 12. No que diz respeito à habitação unifamiliar foram emitidos 158 alvarás. Quando? Em nenhum dos outros 10 anos anteriores se verificou tal número. E em relação à indústria a mesma situação, 14, quando o mais próximo foi em 2020, com 11. Provavelmente, dir-me-ão que não há nenhuma intervenção do Executivo, da Câmara, do poder atual. Nem eu esperava que dissessem outra coisa. Mas demonstram, por outro lado, que existe confiança, existem infraestruturas, existe capacidade para este tipo de atividade que tanto dignifica o nosso município. Não vos vou maçar com muito mais. Queria apenas referir mais um dado que tem a ver com a área, em metros quadrados, envolvida nestes alvarás que vos falei. Em habitação, 37.520 m². Voltamos a constatar o mesmo, não há nada parecido nos últimos anos. Em termos industriais são 61.323 m² que, provavelmente, é a soma de todos os outros anos, entre 2011 e 2022. Por isso, se este relatório serviu para fazer uma análise, também serve para tirarmos algumas consequências e algumas conclusões. Isto demonstra que este Executivo tem sabido consolidar e fixar investimento no nosso Município. Isto é demonstrado por estes dados evidentes.

Já acabou a piada? Posso continuar. Se querem mais piadas também poderei dizer, mas não me pagam para palhaço.

Se há algo que nós teremos que retirar de todos os dados que foram tratados é a pouca apetência no município, e que nos deve preocupar e que deve chamar a nossa atenção, para aquilo que é a reconstrução. Não existem muitas operações de reconstrução, nem nos últimos 2 anos ou 3 anos, nem nos restantes. É algo que devemos encorajar e é pelo menos uma daquelas diretrizes que justificam este tipo de trabalho.

Diagnosticámos, agora é necessário passar à fase seguinte. Por isso achamos que é tudo pertinente, o estudo e o relatório que nos foi apresentado e, logicamente, votaremos favoravelmente.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (18:44")

«Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento os Secretários da Mesa. Boa noite, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na sua pessoa cumprimento os restantes Vereadores presentes. Caros e Caras Deputados Municipais. Representantes das Juntas de Freguesia. Público que nos ouve lá em casa.

Eu vou ser mais objetiva e provavelmente vou ser mais longa do que o meu antecessor, porque nós, quando pegamos em datas, nós temos que ver que a aprovação do PNPOT [*Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*] foi feita em 2007. A avaliação do plano, reuniões e inquéritos, em 2013. Em 2014, a avaliação e o relatório de 2007. Em 2016 houve o primeiro ciclo de seminários e a determinação de alterações do PNPOT. Em 2017 houve um segundo ciclo de seminários. Em 2018 houve a aprovação de proposta de lei, do PNPOT, no Conselho de Ministros extraordinário, reunido no dia 14/7/2018. Em 2019, foi publicada a revisão do plano. Em 2019 foi promulgação da proposta de lei do pelo Presidente da República. A aprovação da proposta de lei da Assembleia na reunião plenária de junho de 2019. Em 2020 a primeira reunião do plenário do Fórum Intersectorial do Plano, do Programa, peço desculpa. Em 2020, há a Constituição do Fórum Intersectorial do Programa. Em 2021 há a preparação do REOT. 2021. Em 2021 existem reuniões das comissões flexíveis do Fórum Intersectorial do Programa. Em 2021 existe uma segunda reunião do plenário do Fórum Intersectorial do Programa. Em 2022, já com este Executivo, há a preparação do REOT. Em 2023, há a terceira reunião do plenário do Fórum Intersectorial do Programa, há a discussão pública do REOT - em 2023 há a discussão pública do REOT - e a apresentação do programa do REOT ao Governo, em 2023.

Portanto, se é a primeira vez que está a ser feito, houve este percurso, desde 2007, que foi feito pelos devidos órgãos e por Decreto e Despacho do Governo que estava na altura. Naturalmente que este Relatório do Estado de Ordenamento do Território é um instrumento para avaliação e execução do programa nacional, política e ordenamento do território. E foi apresentado pelo Governo, com certeza. O REOT nacional é produzido pela Direção-Geral do Tesouro, com a colaboração das entidades do fórum Intersectorial e com o acompanhamento da Comissão Nacional do Território, com o contributo da discussão pública. O REOT 2022, é o resultado do primeiro exercício de avaliação do REOT, por isso é que é a primeira vez que isto acontece e por isso é que os Executivos anteriores desta Câmara tinham os planos estratégicos municipais. E é aqui que nós temos que... já lá vou.

Portanto, isto de dizer que é a primeira vez parece que este Executivo inventou, não sei se foi o ovo ou a galinha, não é verdade. Existe um percurso temporal e decisões governamentais, promulgação do Presidente da República e respetivas comissões. Não brinquemos à política. O sistema integrado é dos indicadores, monitorização e avaliação da execução do programa e apresenta a situação de referência do território para o primeiro biénio de vigência do Programa Nacional 2020 - 2021. Ou seja, o REOT 2022 confirma a data e desenvolve a lista inicial, inicial, de indicadores associados às medidas de política e agenda para o território, e constitui o suporte de avaliação a realizar e da articulação a estabelecer com sistemas de indicadores regionais e municipais do ordenamento do território e com sistemas de indicadores do reporte de políticas setoriais relevantes para o território.

Os indicadores selecionados monitorizam e avaliam as dinâmicas territoriais inerentes aos cinco sistemas territoriais fundamentais do modelo territorial: o sistema natural, o sistema social, o sistema económico, o sistema urbano e o sistema das conectividades e ainda as suas vulnerabilidades e críticas. Alguma dúvida podem ir ao www.reot.dgterritorio.gov.pt.

Portanto, o documento que nos é apresentado não é novidade a não ser o cumprimento daquilo que foi definido desde 2007 e começou a ser implementado em 2022. Muito me surpreende que o meu antecessor tenha dito que acha que usar as fontes, as fontes que estão presentes no documento, que são do INE, portanto, relativamente ao Censos que foram feitos, e os últimos foram feitos em 2021, estejam desenquadrados. Pois, eu acho que não. São

feitos de 10 em 10 anos e não existe melhor fonte que o INE. E o INE não transmite diariamente todos os pedidos aos municípios ou aos deputados municipais ou aos executivos autárquicos ou às empresas. O INE alberga várias organizações e pessoas. Portanto, acho que é abusivo dizerem que foi a primeira vez, como se tivessem inventado aquilo que já estava programado. Portanto, não aceitamos que nos façam qualquer tipo de crítica de não termos feito porque não estávamos no Executivo quando o mesmo tinha que ser elaborado. Em 2022 saiu o programa.

Relativamente aos dados que constam do relatório, eu quero dar os parabéns a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Ílhavo que facultaram estes dados, nomeadamente na recolha nas fontes corretas por via do Plano Municipal Estratégico, os planos estratégicos municipais, os dois que o Executivo do Partido Social Democrata fizeram, e encontro com aquilo que estava projetado para depois de 2021, que os nossos trabalhadores e os nossos técnicos sabiam o que estava projetado, o que já estava financiado, o que iria a concurso para financiamento etc., etc., etc. Isto é um assunto muito sério e nós não podemos fazer disto politiquice porque é factual. E mais... pôr em causa que os dados que aqui estão não são suficientes, que são dados facultados em documentos oficiais pelo Instituto Nacional de Estatística e pelos trabalhadores desta casa, muito me preocupa. Mas eu agradeço os trabalhos que foram feitos para finalizar o Censos, a todos os voluntários que os concretizaram, a todos os trabalhadores do Instituto Nacional de Estatística e os trabalhadores da Câmara Municipal de Ílhavo, naturalmente. E aquilo que está projetado neste documento, em termos de obra, é curioso nós vermos que ou está concretizado até 2021 ou aquilo que está a ser concretizado já estava projetado antes de 2021. Fácil.

Por isso, a forma como o documento é apresentado, e acho que aqui os assessores, o próprio o próprio Vereador com o pelouro tem que ter cuidado na informação que transmite, porque a população entende que com estas pequenas explanações que nós fazemos, concretizadas com fundamentação legal e legislativa, leva a que o Partido Social Democrata, pelo menos na minha pessoa, mantenha o sentido de voto da Vereação, que é a abstenção.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (28':06")

«Muito boa noite a todos. Vocês, os presentes e quem nos está a ouvir lá em casa. Já não temos comunicação social, deixou de estar presente, infelizmente.

No documento que nos é apresentado, e é bom que se saiba, é bom que a população também tenha conhecimento disto, são 240 páginas e que nos é solicitado que sejam lidas e analisadas com alguma profundidade, muito rapidamente, em menos de uma semana ou pouco mais do que isso. O que não é possível fazer-se com tanta informação.

É evidente que este documento se divide, e os técnicos que o trabalharam, e trabalharam muito bem – eu, daqui, desde já, elogio aqueles que procederam à recolha de toda esta documentação, que não é fácil; não é fácil sintetizar num documento só toda esta panóplia de dados - divide-se, como nós podemos verificar, e o Senhor vereador fez esse favor, em quatro grandes capítulos. Temos aqui um enquadramento que vai desde a página 26, porque até a página 26 é a justificação legal do porquê e do não porquê e do porque é que vai haver uma Audiência Pública, uma Discussão Pública, e porque é que tem que ir à Câmara, enfim, toda a legislação, o enquadramento vai da página 26 à página 83, em que nos é apresentado todo um conjunto de dados, documentos e relatórios sobre o estado em que encontraram a Câmara. Porque praticamente nós não temos aqui dados de 2022, 23 e 24 e que se nós vímos os quadros, e há aqui variadíssimos quadros apresentados, quando se apontam os dados de 22, 23 e 24 estão nulos, não aparece nada. Isto é sintomático de alguma coisa. E as obras que aparecem como executadas neste período são as obras que nós herdamos no mandato anterior. Isto também é sintomático de alguma coisa. Quer dizer, aquilo que há bocado nos foi aqui dito que é, enfim, tanta coisa que está a ser feita, afinal, a realidade não é assim. A população conhece, a população começa a conhecer o que é o populismo e o que é o popular. Ainda hoje temos mais uma prova do que é o populismo e o que é o popular, mas é uma dialética que eu não quero entrar por aí. Nunca gostei de discutir a dialética, porque isso é lá para os partidos ditos comunistas. Nunca aprofundei essas questões, mas fica bem para quem desejar discutir e vir para aqui, enfim, filosofar sobre o assunto. Porque a realidade já toda a gente começa a comprovar, populismo é excessivo neste Concelho. Constitui isto um documento muito extenso, diversificado e tecnicamente bastante denso, tendo as páginas que já acabei de referir merecia também uma maior participação e uma maior análise por parte dos políticos do nosso Concelho. E quero com isto dizer que todos estes documentos que vão, enfim, todos estes dados que vão até a página quase 200, por ali fora, 190, 200, é tudo dados estatísticos que nós poderemos apresentar outros, os políticos podiam discutir o conteúdo desses documentos. Podemos, daqueles documentos ou daqueles quadros,

daqueles dados, extrapolar outras referências ou outras informações. Porque, como diz o senhor Vereador, e muito bem, a primeira revisão levou cerca de 12 anos para ser feita. Numa boa hipótese, a próxima revisão poderá levar 6 anos e, se levar 6 anos, estes dados já vão estar todos desatualizados porque vamos buscar já os dados do censo de dois mil e, já não há de ser 21, há de ser 31, penso eu. Portanto, se for com 6 anos já vamos todos contentes, 25 está aí à porta já, portanto, não acredito que possamos iniciar a revisão em 25, talvez lá nos finais de 25 seja possível iniciar esse processo. E, portanto, estes dados já não vão constituir a realidade com que nós vamos trabalhar, mas são importantes em termos históricos, são. Eu gostei de ler, só tive a hipótese de ler isto na diagonal, não deu para fazer análise e já perspetivar o tal futuro que nós gostaríamos de fazer. E também gostaríamos de fazer isto conjuntamente, o que não é possível. Quer dizer, não é possível entre nós reunirmos para podermos discutir ideias. Isto, basicamente cada um levou o documento para sua casa, o leu e, depois, enfim, transmitiu algumas informações entre nós, mas não fizemos aquela análise mais profunda que devia ter sido feita. Porque estes dados são importantíssimos porque nos permitem direcionar o Concelho para algum lado, não é só o Plano Estratégico que aqui foi já feito por duas vezes nesta Câmara, e que foi importantíssimo esses Planos Estratégicos para o Desenvolvimento do Concelho, porque determinámos as metas e as ações e os objetivos que queríamos realizar e concretizar, como acabamos por concretizar. Logo que houve, como vocês sabem, os pacotes financeiros, porque nós tivemos todas ideias de reestruturar os centros de saúde, as escolas e não sei quê, mas depois faltava a parte mais importante que é o pacote financeiro. É como a descentralização, é só descentralizar, mas se não vier o dinheiro, as coisas não se realizam.

PDM já falado. Lamentamos então que o documento não possa ter a aprovação de todas as forças políticas. Porque devia ser aprovado, na nossa opinião, este é um documento que ia ser suficientemente discutido, trabalhado, dialogado para que pudéssemos, aqui, aprová-lo por maioria, por uma grande maioria, ou então por unanimidade. O que não vai acontecer, como já disse, e muito bem, a minha colega Margarida. O que vai deixar ficar isto tudo um pouco coxo.

Eu devo-vos dizer que a nossa opinião, pessoal, é abster-me porque a população assim o disse. Houve discussão pública, apareceu uma pessoa. Houve participação, em termos de escrita, parece que não apareceu ninguém. Quer dizer, isto há aqui qualquer coisa que não está bem e nós que representamos a população, se a população não se manifesta, nós, aqui, temos que fazer aquilo que a população nos pede que é, enfim, analisar, estudar, aprofundar, guardar e vamos esperar pelo futuro e, no futuro, cá temos os papéis e os documentos para podermos então atuar e participar naquilo que disse o Vereador, e muito bem, que é na revisão do PDM, pegando nestes documentos, suscitando alguns destes dados. Porque a população também não quis rever, nem quis ver este assunto. E estamos a falar na população elite da nossa população, quer dizer, porque eu já estive em discussões públicas em que a elite participava. Infelizmente, parece que os arquitetos, os engenheiros, pessoas das áreas não estão minimamente interessadas em discutir um assunto de tão relevante importância. Depois, o enquadramento tem a caracterização do Município. Eu recordava que vissem os quadros 1, 2, 3 e 4 apresentados. Em relação ao período 22 - 24 apenas é feita referência ao saneamento da Gafanha da Encarnação. Tudo o resto são obras já realizadas e que já vinham do passado. Não há obras por realizar porque não há ideias, não há, não há, aquilo que nós... iniciativas futuras. Constatando-se, assim, que o teor destas páginas assinalam muito pouquinho que foi concretizado, muito foi concretizado nos mandatos anteriores e o pouquinho tem sido feito nos últimos 3 anos.

Quanto aos indicadores, já aqui foi referido, até à página 154 são todos eles baseados na estatística do INE, é tudo com referências aos Censos 2021. Permitem os dados recolhidos extrapolar alguma coisa para futuras realizações? É aquela discussão que eu estava a ter há pouco, se nós discutíssemos isto de outra maneira, se tivéssemos uma outra participação mais global certamente que éramos capazes de encontrar aqui linhas de orientação para o futuro. Como foi feito este processo, duvido muito.

Sistema de Gestão Territorial, que é a última parte. Apresentam-nos, aqui, planos, apresentam-nos, aqui, o planeamento, a forma, é uma ação de formação. Isto é, praticamente, os conceitos que devemos ter na realização do PDM e os planos em que devemos ter em atenção. Portanto, é muito pouquinho para aquilo que nós pretendíamos.

Em conclusão. Mais uma vez devo referir que para nós é um documento histórico que vai ficar devidamente datado. Contém muita informação técnica que vamos tentar, nos próximos tempos, reanimar e reanalisar para futura programação. Parece um documento para tomar conhecimento, mas, afinal, vamos ter que votar. Isto, para mim, era mais tomar conhecimento deste documento que votar o documento. Mas, enfim, infelizmente, vai ter que ser votado.

Da informação fornecida, deveríamos extrapolar ações para executar no futuro, o que não é possível atenta à pouca, ou nenhuma disponibilidade, de análise conjunta e alargada entre nós todos. Fica o documento para o futuro.

Como já vos tinha dito, e como já disse a Margarida, acompanhamos todos aqueles que se queiram abster nesta votação, por que não nos revemos neste tipo de avaliação e análise.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (38':34")

«Boa noite a todos. Ao Senhor Presidente que não veio, que nos trocou, que trocou esta Assembleia por outro evento, provavelmente mais importante para a democracia deste Concelho. À Senhora Vereadora que, no exercício das suas funções, provavelmente, foi ao teatro. Ao Senhor Vereador que também devia ter tido vontade de acompanhar o demais Executivo e que aqui está hoje, muito obrigado, obrigado pela sua apresentação. Aos Vereadores da Oposição que estão cá todos, ou quase todos, pelos vistos também há uma falta, não sei se terá ido ao teatro, também. Mas para aqueles que cá ficaram e aos que não vieram por doença. Uma doença inesperada, um abraço, a minha camarada Sónia.

Dizer que este documento parecia-me um documento mais tranquilo do que aquele que inicialmente nós estamos agora, com a discussão, a tentar dar. Há aqui um assumir também de uma conotação e uma análise mais política que eu achava que deveria ser mais técnico. Deveríamos partilhar algumas das ideias que aqui foi inicialmente. Curiosamente, estava a concordar com a intervenção do Pinto Reis, depois começou a derrapar, na minha perspetiva, começou a tentar perceber a vantagem da intervenção do mandato do UPF que já tem claras evidências neste relatório de 200 e tal páginas. Nota-se o cunho fortíssimo do desenvolvimento da qualidade do seu trabalho, já com manifesto resultados. Felicito-o pela criatividade e pela capacidade de ler coisas que mais ninguém conseguiu interpretar.

Mas eu achava que, na verdade, isto era um documento discutível, discutível, denso, interessante, que caracteriza o Concelho. Poderia ter tido outras abordagens, mas tem aquelas. Maçudo, mas interessante à medida que o vamos lendo. Conseguimos perceber que a dinâmica das Freguesias acaba por ter uma evolução nos últimos tempos. Já não sabemos se a Gafanha da Nazaré tem tido um protagonismo maior porque tem a Praia da Barra ou se é a própria zona da Freguesia da Gafanha da Nazaré, propriamente dita. Sabemos também que há remodelações e renovações de habitações. Conseguimos perceber os movimentos que temos e o que não temos na mobilidade. Conseguimos, no fundo, interpretar e caracterizar aquilo, todo o Concelho, sabendo que há alturas em que nos estão a falar de 2011 a 2017 e outras até 2023. Há aqui também um conjunto de informação que não bate todo com as datas. Trabalhamos com os dados, com os censos, com o que temos e, portanto, tudo ajuda, tudo nos ajuda a perceber ou a caracterizar o nosso Concelho.

Não vi, neste documento, um caminho traçado. Não vejo aqui um apontar de soluções. Vejo aqui um conjunto de dados para a nossa análise e, portanto, não me parece que haja aqui uma vontade de dizermos sou a favor ou sou contra este documento. É o que temos. Foi elaborado por um conjunto de pessoas. Vejo aqui a representante da empresa contratada para assessorar a Câmara. Eu vejo aqui o senhor Vereador. Não vejo aqui os técnicos que deveriam, por exemplo, aqui estar hoje. Não vejo aqui o doutor João José, não vejo aqui os outros intervenientes, portanto. A si, Beatriz felicito-a por estar aqui, embora no público. Talvez outros tivessem obrigação de estar aqui sentados para nos poderem apoiar, e esse é o princípio da discussão do REOT. É a razão da abstenção que a população deu à dedicação deste trabalho, que é não passar um cartão nenhum porque nós não nos soubemos envolver na discussão do REOT. E por isso, não estão aqui os técnicos, não está cá o Presidente da Câmara, não está cá a outra Vereadora... não está cá ninguém. Se calhar nem tínhamos que votar, tínhamos só que tomar conhecimento. E pronto, estamos aqui hoje, ironicamente, numa sessão quase para o efeito, a cumprir calendário de uma coisa a que ninguém liga, como diz o povo, puto. Mas eu acho que não é esse ou não é essa a moral da história.

Este é um documento importante que devia servir para a nossa análise, para análise futura e para discussão. Só que isto foi feito num modelo pronto, de *fast food* ou de *fast read*, que é para nós lermos, de uma forma muito rápida, 200 e tal páginas. Leiam lá isso de pressa e votem a favor que nós temos que fazer isto. E, portanto, não se arranhou nenhuma dinâmica, não se contratou páginas de publicidade para divulgar um relatório junto do Ilhavense, que é um órgão de comunicação social que precisa tanto apoio, e nós podíamos, através da sua influência, estarmos a comunicar e pagar essa publicidade. Podíamos junto da Terra Nova pagar publicidade, em vez de tentar fazer uma notícia à borla para dizer que fizemos as coisas ou fazer um comunicado de imprensa. Devíamos ser coerentes, devíamos tentar promover, como promovemos outros eventos, o *masterplan*. Por exemplo, o Festival do Bacalhau. Diário de Aveiro, no fim de semana passado, Festival do Bacalhau, uma página inteira, cheia de

texto elucidativo, até a história do popular e do populismo, não vou aqui hoje discutir, mas podia ser o Festival do Bacalhau Campolargo. Em vez de termos várias marcas podemos passar a ter o Bacalhau Campolargo. Festival de bacalhau, páginas pagas, faço questão de mostrar. Nós no Festival do Bacalhau temos as bicicletas, Presidente, fotografia do Presidente a andar de bicicleta. A fotografia do Presidente com os artistas, fotografia do Presidente com os artistas. Por acaso falta aqui o Presidente a cozinhar numa das associações onde ele também cozinha. E se dantes tínhamos alcunha do Presidente, que era o Senhor Presidente que era conhecido como 'bacalhau seco', qualquer dia temos o 'bacalhau demolido' na Câmara de Ílhavo, agora. Já o apareci também a ver sair, agora, da travessia da Ria. E, portanto, isto é um culto de personalidade, horroroso, que gasta os recursos da Câmara a seu belo prazer e depois, em coisas importantes como estas, queixamos que não há participação. Não há participação porque nós queremos que não haja participação. Quem é responsável pela gestão da Câmara não quer que haja participação, não divulga, nem envolve. Alguém esteve no *masterplan* da Gafanha? Contaram as pessoas que lá estavam? Eu, na semana passada, nomeei uma série de pessoas. Porque é que não houve o mesmo esforço de envolver?

Ainda tenho direito a uma segunda intervenção, não tenho Senhor Presidente? Então fico-me para a segunda intervenção. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (46':19")

«Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor vereador por favor.»

Da Câmara Municipal

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (46':32")

«Acho, antes de mais, que extravasámos um pouco aquilo que é o assunto. Parece-me que não é correto poder-se permitir isto até numa Assembleia em que, tipicamente, há tantas defesas da honra. Mas deixemos esses comentários com quem os tem e vamos centrar então na informação, que foi isso que nos trouxe a todos cá. E acho que é dessa forma que devemos elevar mesmo as responsabilidades que todos temos.

Quanto aos dados, que é isso que que importa, eu quero informar que nós tivemos de trabalhar com os dados que existem e os dados que são publicados, que são dados fidedignos e que são esses dados que os podemos utilizar. Daí haver algum desfazamento. Não vou comentar os dados porque os dados são objetivos.

De referir, face a todas as intervenções que tivemos oportunidade de ouvir, que isto é um documento técnico, feito pelos técnicos. E ressalvo, inclusivamente, que, no meu caso, enquanto Vereador responsável pelo pelouro, fiz mesmo questão de também não ter qualquer interferência política no documento, porque este é mesmo um documento técnico. Nós estamos numa fase de avaliação do estado do território. É isso que este relatório nos diz. E é com a base nestes dados concretos e objetivos que, depois, nós podemos ponderar, ou não, a necessidade de abertura de um procedimento de revisão e é nesse procedimento de revisão que nos cabe, depois, discutir muitos dos assuntos que hoje aqui falámos. Portanto, este relatório, com dados objetivos, é que nos vai dizer se é, ou não, necessário avançarmos para um procedimento que tenha que ver com o Plano Diretor Municipal, um procedimento de revisão. Portanto, não vamos confundir os momentos em que estamos.

Deixo também aqui uma nota importante, não percebo como é que, num momento de uma discussão de um procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal, houve tantas observações, em que era necessário tantas alterações e houve tantas dicas, digamos, pelos vários partidos e depois chegamos a uma altura de apresentação de um REOT e até há, assim, alguma abstenção e aqui alguma renitência na avaliação deste documento.

Quero voltar a frisar que um procedimento de revisão só pode ser elaborado se for elaborado um REOT. Portanto, queria ressaltar isto.

Por outro lado, também tivemos uma intervenção em que dão os parabéns pelo trabalho técnico elaborado, mas, depois, no final acaba por não se perceber se afinal ele está bem feito ou se não está.

Queria deixar aqui um esclarecimento muito grande, porque, se tiveram oportunidade de ver os documentos, no caso do REOT propriamente dito, nós não tivemos apenas só uma semana para avaliar. Nós, elementos da Assembleia, evidentemente que eu não me posso incluir no mesmo grupo já que estive envolvido em todo o procedimento, apesar de não ter estado diretamente na elaboração técnica, mas tenho conhecimento do procedimento desde o início. Mas quero lembrar que durante o período de discussão pública o REOT já estava elaborado, portanto, só aí tínhamos um mês para poder consultar este documento. E por

acaso, até nem tivemos agora uma semana, até tivemos duas, ou quase duas, porque estamos, hoje, na segunda sessão.

Mas, muito importante, eu queria referir que nos documentos que acompanham esta proposta também está lá o relatório da discussão pública. E o relatório da discussão pública não nos diz apenas que só uma pessoa compareceu na sessão pública que tivemos oportunidade de realizar, mas também nos diz em que meios de comunicação social é que houve a divulgação. E posso referir que, conforme está no documento, foi divulgado na Rádio Terra Nova, foi divulgado no Diário de Aveiro e foi ainda divulgado no jornal da Gândara e numa plataforma que é a “breves.pt”. Também fazemos aqui evidência a divulgação no site do Município e nas várias redes sociais. Portanto, acho que essa divulgação foi feita.

É evidente que há assuntos que possam despertar mais ou menos a atenção da comunidade. E para uma primeira intervenção, Senhor Presidente, obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (51':20")

«Muito obrigado, senhor Vereador. Vou abrir as inscrições para uma segunda intervenção. Do 'Unir Para Fazer'? José Pinto Reis e Pedro Cristo, também. Do PSD? O Luís Diamantino, Margarida e o Flor Agostinho. Do Chega? PA? Luís Leitão.

Então vamos começar pelo José Pinto Reis, por favor.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (52':06")

«Mais uma vez, boa noite. Eu provavelmente também tenho andado muito cansado. Eu penso não ter criticado a questão dos dados serem de anos diferentes, mas sim lamentar que não existam dados que permitam fazer uma radiografia num determinado momento.

Isto ainda será pior dentro de quatro anos porque aí estaremos mais longe, em 2027 estaremos mais longe daquilo que foi os Censos. E a obrigatoriedade legal é de fazer este tipo de relatório, e o relatório chama-se Relatório do Estado do Ordenamento do Território, é uma fotografia do passado até a um determinado momento. Não aponta políticas para o futuro. É um relatório técnico, elaborado pelas equipas técnicas do município que eu felicitei, ao contrário daquilo que parece que se passou, que se quis fazer passar.

Depois, evidenciei alguns fatores que considereei positivo, não vi ninguém considerar nada nem negativo, nem... com base em factos concretizáveis.

E há uma coisa que a Margarida vai-me desculpar, que temos que separar e temos que preparar bem os assuntos porque depois temos respostas que não gostamos e vamos fazer comunicados desagradáveis. Aquilo que é o REOT é uma obrigação dos municípios, é uma obrigação legal desde 2015. O Estado tem a mesma obrigação, não fez, falhou. Mas o facto do Estado ter falhado não inibe os municípios de não fazerem. Por isso, sim é verdade, o Executivo do PSD tinha a obrigação de fazer o REOT desde 2015 e não fez.

Sim é verdade, as obras que vocês dizem que deixaram tudo feio, o povo, a população terá tempo para os julgar.

Em relação à intervenção do Luís. Tenho muita consideração pelo Luís Leitão, mas essa consideração leva-me a que não faça qualquer comentário.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (55':17")

«Boa noite, Senhor Vice-Presidente. Senhor Presidente da Assembleia, primeiro, seguindo a hierarquia devida, aos restantes membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente e Senhores Vereadores. Caros Deputados. Público aqui presente e todos os que nos ouvem, digamos, lá em casa.

Efetivamente, a minha única intervenção versa só o REOT. Tive a oportunidade de o ler, de ver, de verificar onde é que poderia concordar mais e onde é que poderia concordar menos. Mas efetivamente é um documento que nós temos que decidir para bem do nosso próprio Município. É que, até agora, aqui, as discussões foram todas políticas. Se o Presidente estaria cá, se não estaria, se aquilo seria para a esquerda, se para a direita, com as devidas referências que todos aqui... Eu, como considero todas as pessoas, se quiser, criticar a intervenção do Luís Leitão, estamos em democracia, posso fazer. Não é por causa disso.

Mas não é isso que aqui, digamos, pretendo. Nós queremos o melhor PDM.

Na última revisão do PDM, todas as bancadas, de uma maneira ou de outra, entenderam que, se calhar, teríamos aqui outro tipo de situações e outro tipo de teorias. E isto é um passo.

E perante aquilo que nos é apresentado, perante este passo, a pergunta que aqui deixo é: mas este documento não presta? Este documento é válido? É isto que nós aqui estamos, digamos, a aprovar.

E eu, pessoalmente, relativamente àquilo que interessa ao nosso município, que é a aprovação desta estratégia, desta estratégia municipal, eu entendo que dou o meu voto favorável, porque é uma boa definição da estratégia. É isto que interessa aos munícipes. É isto que nos interessa a nós. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (57:03")

«Muito obrigado, Pedro Cristo. Luís Amantino, por favor.

Enquanto o Luís se dirige para o púlpito, saudar essa nota que o Luís Leitão partilhou connosco. Houve um motivo de última hora que impossibilita a presença da Deputada do Partido Socialista, Sónia Fernandes, de estar presente.»

Luís Diamantino, Freguesia da Gafanha do Carmo (Grupo Municipal do PSD): (57:30")

«Boa noite a todos. Eu só vinha aqui para tecer um ou outro comentário do relatório que nós tivemos a oportunidade de ver. Mas também não resisto a comentar aqui a intervenção do nosso colega Deputado Pinto Reis. Dizendo que se ele faz bandeira do trabalho desta Câmara Municipal, deste Executivo Municipal, pelo número de alvarás, se é para isto que uma Câmara foi eleita para o Executivo, estamos muito mal. Se calhar, por isso, é que a gente começa a fazer comunicados para ver que, de facto, o caminho não é esse e temos que ir para outro caminho porque este não serve.

Mas o que me trazia cá mesmo, verdadeiramente, era o relatório em si e fazer questões concretas. Eu, na página 37, percebi que na Gafanha do Carmo não está mencionado o Campo Street Basket. Percebi também que na Gafanha da Encarnação não está mencionado o Campo de Futebol de 5, junto à rotunda da Heliflex. E também deu para reparar que na Gafanha da Nazaré não está mencionado o Campo Street Basket no jardim. Não, não é no 31 [de agosto], é na Alameda. Pronto. Não sei se devia estar ou não, se foi esquecimento, não faço ideia se devia estar ou não. E foi isto que me chamou atenção.

Também me chamou a atenção que, em muitos quadros, por exemplo, nos equipamentos culturais, enquanto as outras freguesias têm direito ao título Freguesia da Gafanha da Encarnação, Nazaré, São Salvador... o Carmo não tem direito a isso. E quando, noutros quadros, também lá está o nome da Gafanha do Carmo, nem sequer a negrito está. Eu quero acreditar que isso foi descuido porque, apesar de ser uma freguesia pequeninha, é uma freguesia muito jeitosinha.

Por último, a minha colega Margarida já o disse, dá um gozo tremendo ver que, de facto, quem vai aos outros quadros aqui de cor, o que está a verde, as obras estão a verde foram todas executadas até 2021. Portanto, acho que isso diz tudo.

Comparar o que foi executado em 2021 com o número de alvarás emitido depois 21 para a frente, acho que é, como dizia o Augusto, ali atrás, comigo, também diz que, desde que foi para a Junta da Freguesia, os pescadores da Costa Nova pescam mais.

Acho que é isso, sem ofensa aos pescadores, claro.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:00:07")

«Muito obrigado, Luís Amantino. Flor Agostinho. Prescinde? Muito bem. Margarida Alves, por favor.

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (01:00:30")

«Boa noite. Se há coisa que me surpreende é que se fale em 2015 quando a promulgação da lei só foi em 2019. Nós continuamos a tentar jogar com as palavras. E nós, em 2019, tínhamos o Plano Estratégico Municipal, o segundo que nós fizemos, em vigor. Foi feito em parceria com a população, houve consulta pública, a Universidade de Aveiro, o Gabinete de Estudos, participou, os trabalhadores da Câmara Municipal. Caramba, sejamos sérios. Isto de dizer que, que, que. Por que é assim. Se calhar, agora estou preparada demais e estou menos confusa porque factualizei em datas. E quero agradecer ao Partido Social Democrata, já agora, o comunicado que lançou porque, de facto, a minha defesa de honra foi feita no local próprio e só demonstra que o Partido Social Democrata está solidário, como sempre estive com a minha pessoa e com quem veio defender a honra. E não fui a única porque nós sabemos estar na política de forma elegante, sem deselegâncias, sem vernáculos, sem ter a necessidade de humilhar. Porque se vamos pela humilhação, não contem comigo. Não contem comigo para a discriminação, para humilhação, para caracterização das pessoas e pela competência das mesmas.

Sim, tivemos o documento durante 15 dias, mas, Senhor Vice-Presidente, o mesmo foi apresentado aos Vereadores no timing que foi. Eu até sugiro que este tipo de relatório seja apresentado, ou provavelmente teremos que fazer aqui uma revisão do próprio Regimento,

tenha que ser apresentado, e faço aqui um desafio para a Conferência de Líderes, para que seja à semelhança das GOP e do Relatório de Contas, com mais timing, em que a Câmara Municipal é obrigada a entregar o documento com mais timing, porque acho que ninguém daqui, felizmente, está desempregado e temos compromissos profissionais e pessoais a cumprir. É mediante a disponibilidade que nós temos que nos permite factualizar em termos de datas que o REOT é 2022. Vocês podem dizer o que quiserem. REOT 2022. É assim que chama, REOT 2022. Está no site governamental, portanto não é surpresa nenhuma. Eu até disse qual era o link. Qualquer membro, qualquer cidadão do nosso Concelho e país pode lá ir consultar, o cronograma está lá e o Presidente da República só promulgou a proposta em 2019.

E depois houve reuniões do programa para a criação do REOT, do que é o REOT, porque sem o REOT, sem este relatório do estado de ordenamento, não há revisões de PDM. Ponto Final. Foi isto que foi legislado. Não há revisões do PDM, se não houver este relatório. Este relatório é feito para que nós façamos, mediante o esqueleto social, cultural, demográfico, do betão, de toda a realidade económica do Concelho nos permita, de facto, adaptar o PDM, que todos nós já achámos e concordámos que o mesmo deve ser revisto. E espero, Senhor Vice-Presidente, que os próprios Deputados Municipais sejam convidados por Vossa Excelência a participar, de uma forma prévia, na revisão do PDM, porque, com certeza, que irá ter contributos que lhe irá economizar bastante tempo político, porque todos nós temos ideias. E nós não fizemos o REOT, mas fizemos os Planos Municipais Estratégicos. E era um documento político? Não, também é um documento público, era um documento técnico a par com a Universidade de Aveiro, a par com o INE. São instituições públicas inquestionáveis. De forma que conjugado com a força do capital humano da Câmara Municipal de Ílhavo, a quem eu agradeço.

E isto fala-se em 2015. Eu não associo 2015 em nada, nem em termos de dispositivo legal, nem da apresentação do programa, porque a preparação do REOT foi em 2021 e 2022. Preparação do REOT. Vem-se para aqui falar em 2015 que é uma data que não existe sequer. Nem pode existir porque não estava legislado, nem promulgado, nem pelo governo, nem pelo Senhor Presidente da República. Portanto, vamos aqui com... então, se formos a ver, em termos de alvarás, construções, se olharmos o período desde 1997 até 2021, é inquestionável o que é que aconteceu neste Concelho. É inquestionável, não só de alvarás, de licenças de comércio, de licenças de operações, de operacionais de indústria, etc., etc., etc. E naturalmente que quando nós temos empresas que contribuem nos dez primeiros lugares do PIB, no Distrito de Aveiro, é normal que haja mais crescimento de emprego, é normal que haja mais crescimento de lucros. Por isso essas empresas pagam derrama; por isso é que essas empresas gostariam de pagar menos derrama. E nós cá estamos quando aprovamos a derrama e dizemos elas têm que pagar para isentar outras. Porque isto, sim, é fazer política. E o relatório é instrumento fundamental e exigível para a revisão do PDM. Se este documento não estivesse elaborado, não adiantava, vocês não poderiam sequer sugerir a revisão, vocês Executivo, a revisão do Plano Diretor Municipal.

Mas lanço o desafio ao Senhor Vice-Presidente de ouvir os restantes Vereadores da oposição e os próprios Deputados Municipais, e, aqui, a par com o que o Luís Leitão falou, promover duas ou três páginas no Diário de Aveiro, no Ilhavense, de facto, trazer as pessoas e sensibilizá-las para que possam participar e, também, manifestar as suas preocupações para que nós não caiamos no erro de tomar decisões que possam prejudicar a nossa gente. Muito obrigado.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (01:07:43")

«Sobre este assunto do REOT, gostava de acrescentar também mais uma coisa.

Aquilo que disse anteriormente, além da intervenção que vou aqui fazer, é que eu acho que estes documentos, podem ter sempre um cariz e a análise dos dados é sempre subjetiva, têm que ter sempre, aqui, uma avaliação política. Mas eu acho que este documento não tinha que ter, necessariamente, essa avaliação. Pode ter a interpretação, mas acho que tinha que ter uma transversalidade de espírito crítico, mas não estarmos aqui a puxar isto para.

É evidente que isto leva-nos a coisa nenhuma. Discutir os alvarás, discutir as manchas verdes do trabalho. É evidente que lá só tem as manchas verdes do trabalho dos outros senhores que lá fizeram. Não tem as manchas verdes do trabalho que eles também não fizeram e, por isso, é que perderam as eleições, que também não se podem esquecer disso. É o que é. É o que é.

Portanto, acho que estes documentos merecem, com seriedade, uma avaliação que não nos atrepele depois para dar aqui uma politiquice nisto tudo.

Agora, independentemente disto, o processo é que foi mal conduzido. É assim... se eu já não entendo isto numa Câmara que tem uma maioria do quero, posso e mando, e que pode dizer assim, "Ok, vamos pôr isto, dias tantos vai a discussão, assunto arrumado, os senhores Vereadores que vão lá ler os papéis, e não sei quê". Essa é uma abordagem unilateral que não conduz, digamos, de forma pedagógica, a lado nenhum e só leva ao conflito e não leva à discussão verdadeira daquilo que interessa. Esta Câmara optou por essa situação, não tem maioria, mas optou por essa situação. "Tomem lá o documento, desenrasquem-se, leiam as 237 páginas, a apresentação e discussão é dia tal"... isto é a mensagem que nós temos obrigação, politicamente, de deixar ao senhor Vereador e à Câmara: envolva mais os senhores Vereadores. Porque, provavelmente, hoje, não estaríamos a discutir aqui abstenções. Podíamos estar a aprovar uma votação por unanimidade deste documento. Em que é que este documento pode lesar tal, como está, a validação das coisas? Em lado nenhum. Só que isto tem uma história para contar. E a votação conta uma história. Votar a favor deste documento e validar um processo que, se não é irregular, é, pelo menos, indecente na forma como se deve estabelecer a relação institucional entre, primeiro, Vereadores e, a seguir, entre Deputados Municipais.

Porque é que isto não foi assim: "oh Senhores Deputados Municipais, oh senhores da Comissão de Líderes, reúnam lá e vejam lá um dia em que nós podemos tirar aí duas horas para discutir com o técnico, o senhor doutor João José, ou engenheiro, ou seja lá o que for, e o resto do *staff* para nos explicar este documento massudo, mas extremamente interessante que nós estamos aqui a apresentar. E têm, Vossas Excelências, eventualmente, antes de tornarmos público, mais alguma coisa a acrescentar que nós possamos pôr, alguns mapas". Porque não? Pronto. Está feito. É isto que estamos a discutir e como estamos a discutir, estamos a analisar e a refletir o relatório do estado do ordenamento do território do município de Ílhavo.

Este relatório consubstancia a avaliação do ordenamento do território, abrangendo o período entre a revisão do PDM de Ílhavo, em abril de 2014, e a mais recente alteração do PDM, julgo que em abril de 2023. O objetivo é estruturar e avaliar os diversos eixos estratégicos e ações em desenvolvimento no Município. A análise crítica a seguir visa identificar as áreas de sucesso, mas também apontar algumas lacunas e até áreas de melhoria. O enquadramento e o balanço da gestão territorial, que passa para avaliação de um período de 9 anos, desde a revisão do PDM de 2014, proporciona uma visão longitudinal das mudanças e impactos da negociação territorial. O relatório identifica, caracteriza e tenta estruturar eixos estratégicos do ordenamento territorial, incluindo o desenvolvimento urbano sustentável, a melhoria das infraestruturas, a proteção ambiental e a promoção na coesão social. Algumas avaliações parecem estar alinhadas com os objetivos estratégicos do Município, evidenciando, até, avanços na melhoria das infraestruturas e na promoção do desenvolvimento sustentável. Mas não podemos esquecer que a avaliação dos dados é sempre tendencialmente subjetiva e carece de uma avaliação política. E é isto que nós temos a dar alguma notoriedade mais à avaliação política do que, propriamente, à questão técnica, e estarmos atentos àquilo que vai ser o resultado deste REOT.

Há áreas onde os resultados ficam muito aquém do esperado, especialmente na inclusão efetiva da população nas decisões de ordenamento do território. A falta de consultas públicas eficazes que envolvam os Vereadores, os Deputados Municipais, os munícipes em geral, cria dificuldades desnecessárias na avaliação deste relatório, ou de outros, e leva a uma abordagem ineficaz ou mesmo à burocratização excessiva do processo. As consultas públicas são, na sua maioria, vistas como meros formalismos para a participação limitada e pouco impacto real nas decisões finais. Mas cumpre-se um ato burocrata.

É, pois, urgente inverter esta tendência e envolver a população de forma, se não significativa, pelo menos, de forma mais significativa.

O envolvimento da comunidade foi inadequado, com sessões de esclarecimento pouco divulgadas, ou nada divulgadas. E chamo a atenção ao senhor Vereador que uma coisa é ser divulgada na comunicação social através dum *press release* para os órgãos de comunicação que dão conta do evento. Outra coisa é pagar em publicidade. Nós vimos uma página dupla no Diário de Aveiro sobre o Festival do Bacalhau paga e muito bem paga. Posso até dizer que custou mais do que aquilo que é o apoio desta Câmara, se calhar, anual ao Ilhavense e à Rádio Terra Nova. Tenhamos dimensão daquilo que são os atos de comunicação. E se estou enganado que me apresentem os números.

Estes atos com participação restrita e a grupos específicos, normalmente associados à gestão camarária ou à sua *entourage* política. Este é um vício que não é de agora, não é desta Câmara, não era da Câmara, apenas, anterior, é, até, um pouco, vício do sistema, até de algumas que nos rodeiam, mas não deixa de ser um vício que temos que tentar ultrapassar.

E urge abrir o espírito e tentar ser mais abrangente. Por exemplo, um esforço de divulgação, como aquele que foi durante a promoção do *masterplan* da Gafanha, não sendo o exemplo maior, é, infelizmente, o nosso melhor exemplo de participação. Por outro lado, se calhar, o tema também soube ser estimulado para que tivesse participação. E este REOT é uma coisa que, até pelo nome, tem nome de comprimido e, portanto, as pessoas não querem tomar os comprimidos a não ser que estejam doentes. E ninguém lhes explicou que, provavelmente, este era um comprimido ou um paliativo para os poder preparar para outro estado da nossa comunidade.

Como sugestões de melhoria, devíamos falar que diversificar os métodos de participação incluindo plataformas digitais, encontros presenciais mais acessíveis para garantir uma representação mais abrangente da sociedade, promover, com publicidade paga e não sob a forma de notícias, as ações nos órgãos de comunicação locais que tanto necessitam de receitas e facilmente ajudarão a alavancar estas iniciativas e a aproximarem-se da população residente no Concelho.

É imperativo aumentar também a transparência e a efetividade dessas consultas, promovendo uma participação mais ampla e significativa de todos. O REOT deve estar alinhado com os objetivos estratégicos do Município, incluindo o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. E quais são os principais problemas identificados no REOT em relação ao uso do solo, às infraestruturas, às habitações, aos transportes e serviços públicos?

O relatório identifica, eventualmente de forma correta, as áreas que necessitam de intervenção, mas não sei se mostra caminhos para podermos tomar essas decisões no futuro. O REOT está alinhado com as políticas de ordenamento do território a nível regional e nacional? Há coerência com os objetivos de desenvolvimento regional, incluindo os planos de mitigação das alterações climáticas, por exemplo? Alguém discutiu isto? Eu, por exemplo, acho que aqui há uma abordagem um bocado tímida, e ficamos ali porque, também, se calhar, não temos, infelizmente, aqui, em vários sítios, propriamente, soluções para o tema.

A crítica ao REOT do Município de Ílhavo deve, pois, em função disso, tentar ser também um bocadinho equilibrada da nossa parte, pois é importante reconhecer algumas conquistas e identificar essencialmente as suas áreas de melhoria. Para tal, deveria haver vontade de todas as partes, ou ambas, se quiserem considerar o poder e a oposição.

É essencial que este relatório não seja só um documento técnico, mas que também funcione como uma ferramenta prática e acessível para o desenvolvimento sustentável e ordenado do município, promovendo o bem-estar dos seus habitantes e a preservação do meio ambiente. Não me parece, pois, que algum do folclore que tenha sido eventualmente utilizado à volta deste processo tenha sido mais do que uma instrumentalização para comunicar nas redes sociais. Sinceramente, é essa a conclusão que eu tenho, porque isto não foi devidamente sustentado e é fundamental que, no futuro, o foco seja realmente colocado na implementação efetiva e na participação genuína da comunidade, ao invés de meras aparências e formalismo.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:19:04")

«Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Vereador, por favor.»

Da Câmara Municipal

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (01:19:12")

«Bem, mais uma vez, a questão dos dados não vou tecer qualquer comentário pela sua objetividade.

Contudo, é muito importante destacar, uma vez mais, esta questão de no documento podemos apresentar algumas debilidades, consequentes dos dados, não é?, debilidades quanto ao território, mas não apresentarmos o caminho.

É, de facto, o cumprimento daquela que é a forma de apresentar o REOT.

Onde poderemos apresentar, eventualmente, caminhos, ou a necessidade de apresentar caminhos, será quando entendermos que é necessário avançar, então, se assim o entendermos, para uma revisão do Plano Diretor municipal. Aí, sim, é que teremos que apresentar que há a necessidade, face aos dados existentes, em determinadas áreas, de repensarmos aquilo que estrategicamente pretendemos para o território. Portanto, mais uma vez, acho que não devemos confundir.

Eu peço também desculpa desde já, à Senhora Deputada Margarida Alves porque, na primeira intervenção, não lhe respondi.

Ouvi com muita atenção aquilo que nos diz, a convicção com que nos fala, mas eu acho que deve ter alguma ponderação também. Assim como indicou que eu não fui muito correto e já não me recordo qual foi o termo, mas que eu não estava a dizer a verdade ao apresentar os dados, eu acho que nós devemos ter mais coerência na intervenção.

Porque, de facto, aquilo que regulamenta o REOT é mesmo o RJIGT, que é o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. E, de facto, o registo foi aprovado em 2015, se não estou em erro, no dia 14 de maio de 2015, para entrar em vigor passados 60 dias.

E conforme temos na proposta de deliberação, diz o seu artigo 189.º que para as câmaras municipais esta obrigatoriedade, do seu ponto 2, é de 4 em 4 anos. Há, de facto, uma obrigatoriedade as Estado para que seja de 2 em 2 anos, que está é no ponto 1, assim como para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, no seu ponto 2, que é de 4 em 4 anos

E não podemos confundir Programas com Planos Diretores Municipais. Portanto, o REOT, tanto se pode aplicar o REOT para o PDM, como para os programas. Mas o que nós aqui estamos a falar é, de facto, do REOT associado ao nosso território e não vamos confundir um REOT com um Plano Estratégico, porque o REOT não é um plano estratégico, é mesmo um Relatório de Estado do Ordenamento do Território. Portanto, não vamos confundir conceitos. E mesmo juridicamente, também há aqui conceitos que nós não os podemos encarar da mesma forma. Portanto, posso-lhe dizer mesmo que houve mesmo incumprimento. Nunca foi aberto o procedimento para a elaboração do REOT. Sei que houve alguma vontade em 2017 de se iniciar esse procedimento, mas depois acabou por não avançar e ele nunca foi elaborado.

Mas também lhe digo, pouco me importa se ele não foi feito. Aquilo que me interessa mesmo é que o façamos hoje e fico muito contente que hoje o tenhamos cá para discutir. Acho que é isto que nós temos que estar mesmo satisfeitos.

Porque depois se confundimos todas as nossas posições de uma Assembleia para outra acho que é mesmo complexo. Porque estamos preocupados quem fez, quem não fez, não sei. Nós temos que olhar para a frente e é isto que nos norteia. É olhar mesmo para o futuro e traçar caminho, trabalhar e fazer. É isso que nos norteia e essa é que é a nossa vontade.

Volto a referir, quando foi do procedimento de alteração houve várias intervenções acerca da necessidade de um procedimento de revisão, porque houve uma série de participações, não só desta Assembleia que fez várias observações quando discutimos, em que foi explicado que estavam fora do âmbito de um procedimento de alteração, porque um procedimento de alteração é específico, não é um procedimento abrangente como um procedimento de revisão, mas também existiram várias participações por parte de vários elementos da comunidade. E referiu-se, até, nesse procedimento, que já estavam reunidas muitas condições para que, ao fim de quase 10 anos, voltássemos a discutir o nosso Plano Diretor Municipal porque o nosso território é muito dinâmico.

Não comentando os dados que aqui foram comentados, mas comentar a forma como foram comentados, vemos, realmente, que há esta dinâmica.

Portanto, se há este debate é porque nosso território não está igual. E se um puxa mais para um lado ou para o outro, é sinal que, de facto, as coisas mudaram, e que as temos que repensar.

Portanto, acho incoerente quando determinamos que há necessidade de um procedimento de revisão, mas depois, quando nos aparece um documento como este, não temos certezas quanto a estarmos de acordo com o mesmo.

Eu não posso esquecer o trabalho desenvolvido pelos técnicos. Eu tenho que dar os parabéns aos técnicos porque se foi classificado um documento como massudo, mas ao mesmo tempo um *fast reader*, eu posso dizer que foi mesmo um trabalho muito transversal a todas as divisões, que foi um trabalho complexo. Porque se hoje nós analisamos tabelas e olhamos para os mapas, tal como o senhor Presidente da Junta, até nos damos ao rigor de analisar se tem negrito ou não, foi preciso alguém, uma equipa muito multidisciplinar, fazer este trabalho, portanto, foi bastante trabalhoso.

Portanto, dar os parabéns a todos os elementos que participaram na equipa de trabalho e que hoje temos um documento que nos vai proporcionar, de facto, podermos avançar para um procedimento de revisão, se assim entendermos. Hoje também ficam algumas dúvidas se será, ou não, pertinente.

Peço desculpa, Senhor Presidente da Junta, que também acabei por saltar à frente a sua intervenção. Prezo muito a forma como analisou o documento. Esta questão dos equipamentos desportivos que mencionou, eu farei questão, também, que a equipa técnica veja. Ainda bem que fala aqui do caso do Campo do Street Basket na Gafanha do Carmo, até porque também há um protocolo que que nos chegou às mãos pouco tempo depois de termos

iniciado funções em que havia um protocolo com a Federação para fazer um Camp Street Basket na Gafanha da Nazaré e outro em São Salvador. E de repente foi feito na Gafanha do Carmo e não foi feito em São Salvador. E depois até nos pediram para prestar contas.

E no caso da Gafanha da Encarnação também o campo de futebol de 5. Também lhe queria referir que, ainda bem que o referimos, porque junto da DGTF, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, e, posteriormente, com a ESTAMO, verificámos que a Câmara não tinha qualquer legitimidade para construir esse campo, e tivemos que diligenciar para podermos ter essa legitimidade. Foi assinado, então, um protocolo de cedência por 20 anos em que a Câmara teve que pagar um valor superior a 10.000 euros porque não tinha essa ocupação, não tinha legitimidade para essa ocupação.

Quanto às outras questões, também penso que já fui esclarecedor.

Portanto. Senhor Presidente, penso que já esclareci tudo o que foi apresentado e mais uma vez digo, é um relatório objetivo, realizado por uma equipa técnica de excelência a quem, eu, mais uma vez dou os parabéns. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:27:18")

«Muito obrigado, Senhor Vereador. Concluídas as intervenções, coloco então a votação, o ponto 2 da Ordem do Dia.

Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o "Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) de Ílhavo" foi aprovado por maioria, com 7 votos a favor e 16 abstenções. Abstenções essas do Partido Socialista, do Chega e do Partido Social Democrata.»

Ponto 3. "Recolha e Transporte a Destino Final e Adequado de Resíduos Urbanos, Fornecimento, Manutenção e Lavagem de Equipamento, Limpeza Pública e Gestão do Ecocentro no Município de Ílhavo - Aprovação da Adenda n.º 02/2024 ao contrato n.º 22/2020".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:27:58")

«Vamos já passar ao ponto 3, "Recolha e Transporte a Destino Final e Adequado de Resíduos Urbanos, Fornecimento, Manutenção e Lavagem de Equipamento, Limpeza Pública e Gestão do Ecocentro no Município de Ílhavo - Aprovação da Adenda n.º 02/2024 ao contrato n.º 22/2020" e começo por dar a palavra ao senhor Vereador.»

Da Câmara Municipal

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (01:28:28")

«Obrigado, Senhor Presidente. Este ponto que trazemos à Assembleia teve que ver com a venda que foi necessário fazer, o aditamento que foi necessário fazer ao contrato com o prestador de serviços no âmbito a dos biorresíduos. Depois de verificado o contrato a este aditamento, pelo Tribunal de Contas, o mesmo indicou necessárias adendas ao contrato.

Portanto, é esta a proposta que aqui trazemos, uma vez que se trata também de um contrato com despesa plurianual. Obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:29:08")

«Obrigado. Vou então abrir as inscrições. Do PSD, quem se inscreve? Não há inscrições. Do Chega? Também não. E do PS? Também não. Do 'Unir' também não há.

Senhor Vereador, não sei se quer dizer mais alguma coisa?»

Da Câmara Municipal

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (01:29:25")

«Não, Senhor Presidente. Obrigado. Penso que não há qualquer questão. Podemos concluir. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:29':32")

«Então, não havendo, assim, desta forma, inscrições nas intervenções, vamos colocar à votação o ponto 3 da Ordem do Dia, "Recolha e Transporte a Destino Final e Adequado de Resíduos Urbanos, Fornecimento, Manutenção e Lavagem de Equipamento, Limpeza Pública e Gestão do Ecocentro no Município de Ílhavo - Aprovação da Adenda n.º 02/2024 ao contrato n.º 22/2020".

Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o ponto 3 foi aprovado por unanimidade.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (01:30':33")

«Eu tinha que encontrar uma figura regimental. É só para desejar a todos umas boas férias e cá nos encontramos em setembro.»

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:30':46")

«Muito obrigado, Deputado José Pinto Reis.

Muito bem. Antes de concluirmos os trabalhos, vou pedir ao Primeiro Secretário que faça a leitura da Ata em Minuta para que sirva de suporte legal e prova factual para a elaboração do edital com as deliberações. Portanto, senhor Primeiro Secretário faça o favor.»

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (01:31':09")

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (01:32':00")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 22:30 do dia 4 de julho de 2024.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR
PINTO MATOS DOS SANTOS**
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2024.09.11 10:11:35+01'00'

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

O Técnico Redator

Assinado por: **MIGUEL PEDRO DE NORONHA E ABREU ARAUJO DA SILVA**
Num. de Identificação: 07260530
Data: 2024.09.04 10:27:23+01'00'

(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Junho 2024, realizada no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Ordinária de Junho Reunião – 4JUL2024

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Sara Marina Tomé Fernandes			
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luís Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			X
Mariana Silva Lopes			
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Mariana Alvelos Silva	(substitui 365 dias)		
Modesto Manuel dos Santos	suspensão 365 dias (9FEV2024)		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X

Nome		Falta	Presença
EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente	X	
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador	X	
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		Justificada
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador		X
SUBSTITUIÇÕES			
Ricardo Daniel Marques Mendes substitui André Filipe Casqueira Guimarães	PSD		X
Fábio Miguel da Silva Marta substitui Sara Marina Tomé Fernandes	PSD		X
Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas	UPF		X
Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Mariana Silva Lopes	UPF	X	
Sónia Alexandra Fernandes Gomes substitui Diana Catarina Anastácio Gandarinho	PS	X	
Miguel Ângelo Teixeira Andrade substitui Mariana Alvelos Silva	PS		X
Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António da Silva Rocha substituído pelo Secretário, José António Falcão Ribeiro Arvins	PSD		X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Renúncia de Mandato: Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 9 fevereiro 2024): Modesto Manuel dos Santos (PS)

Ílhavo, 4 de julho de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

*Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.
Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal
Miguel Pedro Araújo*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO de 2024 (2.ª reunião: 4 de julho de 2024)

Aos quatro dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, para a segunda reunião da Sessão Ordinária de Junho, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Ponto 2. "Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) de Ílhavo".

Aprovado por Unanidade, com 7 votos a favor, 16 abstenções e 1 votos contra.

Ponto 3. "Recolha e Transporte a Destino Final e Adequado de Resíduos Urbanos, Fornecimento, Manutenção e Lavagem de Equipamento, Limpeza Pública e Gestão do Ecocentro no Município de Ílhavo - Aprovação da Adenda n.º 02/2024 ao contrato n.º 22/2020".

Aprovado por Unanimidade, com 23 votos a favor, 1 abstenções e 1 votos contra.

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 4 de julho de 2024, respeitante à Sessão Ordinária de Junho, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.

O Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos